

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 31 de agosto de 2011.

Edição nº 762

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal2

Súmulas de contrato e convênios.....2

Avisos de licitações.....4

Editais.....4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....5



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 31 de agosto de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição n° 762

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 442/2011

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- a contar de 31 de agosto de 2011, a Portaria n.º 1438/2009 que designou a Dra. MARIA LÚCIA KURTZ AMANTINO RODRIGUES DA SILVA ALGARVE, Promotora de Justiça de entrância final, ID n.º 3427188, para exercer as funções de Promotora-Corregedora (Port. 3090/2011).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de agosto de 2011.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 443/2011

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

EXONERAR

- a pedido, a contar de 01 de setembro de 2011, a servidora MARIA CRISTINA MAURENTE NETTO, ID n.º 2837706, do cargo em comissão de Assessor Especial I, CC-07, deste órgão, em virtude de posse em cargo público municipal (Port. 3013/2011).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de agosto de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SANÇÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO N.º 4633-09.00/10-0
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 65/10

A Procuradoria-Geral de Justiça **torna público**, para os devidos fins, que decidiu, em caráter definitivo, **aplicar** à CLIMATINTAS LTDA. a penalidade de multa de mora no valor de R\$ 948,60 (novecentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos), ao amparo do artigo 86 da Lei Federal n.º 8.666/93 e da cláusula sétima, item 7.1, do contrato celebrado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de agosto de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PROCESSO N.º 2353-09.00/11-3 CONVITE N.º 42/11

CONTRATADA: CONTTEX ENGENHARIA E DISTRIBUIDORA LTDA.; **OBJETO:** prestação de serviços de pós-obra e manutenção do prédio sede das Promotorias de Justiça da cidade de Jaguari/RS, situado na Rua Bento Gonçalves, n.º 20, incluindo o fornecimento de materiais, prevista para ser executada em 02 (dois) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 27.000,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30 e 3.3.90.39, Rubricas 3032 e 3930; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Estadual n.º 11.389/99.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de agosto de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PROCESSO N.º 2323-09.00/11-8 CONVITE N.º 45/11

CONTRATADA: SULOBRAS – MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.; **OBJETO:** manutenção predial das Promotorias de Justiça da cidade de Veranópolis/RS, situado na Rua Frei Ignácio Curtarelli, n.º 52, incluindo o fornecimento de materiais, prevista para ser executada em 02 (dois) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 62.982,53; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.30 e 3.3.90.39, Rubricas 3032 e 3930; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Estadual n.º 11.389/99.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de agosto de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA PROCESSO N.º 1857-09.00/11-8 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 30/11 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATADA: COMPANHIA DE MÓVEIS TRÊS S.: aquisição do item abaixo discriminado:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	QTD.	VALOR UNITÁRIO
02	Arquivo de aço c/4 gavetas	TRÊS S/OM-4	70	R\$ 415,00



Porto Alegre, 31 de agosto de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição n° 762

VALOR TOTAL: R\$ 29.050,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5214; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, Leis Estaduais 11.389/99 e 13.191/09 e Provimentos PGJ/RS 33/08, 47/05, 40/04 e 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de agosto de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA**PROCESSO N.º 1857-09.00/11-8****PREGÃO ELETRÔNICO N.º 30/11****SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

CONTRATADA: SANTAÇO INDÚSTRIA DE MÓVEIS DE AÇO LTDA.: aquisição do item abaixo discriminado:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	QTD.	VALOR UNITÁRIO
03	Armário de aço c/4 portas	SANTAÇO/GRSP-4	25	R\$ 376,15

VALOR TOTAL: R\$ 9.403,75; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5214; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, Leis Estaduais 11.389/99 e 13.191/09 e Provimentos PGJ/RS 33/08, 47/05, 40/04 e 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de agosto de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**PROCESSO N.º 2172-09.00/11-8****PREGÃO ELETRÔNICO N.º 36/11**

No dia 18 de agosto de 2011, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa METÁLICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE METAIS LTDA., vencedora do item abaixo:

ITEM	DESIGNAÇÃO E MARCA	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1.1	Lâmpada fluorescente tubular 32 W	3.000	R\$ 6,91	R\$ 20.730,00
1.2	Lâmpada fluorescente (PL) 26W	1.000	R\$ 8,03	R\$ 8.030,00

1.3	Lâmpada fluorescente mini compacta eletrônica 14 W, 127V	600	R\$ 7,83	R\$ 4.698,00
1.4	Lâmpada fluorescente mini compacta eletrônica 14 W, 220V	1.200	R\$ 7,83	R\$ 9.396,00
1.5	Lâmpada incandescente 60W, 220V, transparente	1.000	R\$ 1,30	R\$ 1.300,00

VALIDADE: 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.os 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.os 40/04, 47/06 e 33/08, e, subsidiariamente, Leis Federais n.os 8.666/93 e 10.520/02, Provimento PGJ/RS n.º 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de agosto de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**PROCESSO N.º 2172-09.00/11-8****PREGÃO ELETRÔNICO N.º 36/11**

No dia 18 de agosto de 2011, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa ATTIVITÀ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - EPP, vencedora do item abaixo:

ITEM	DESIGNAÇÃO E MARCA	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
2.1	Reator eletrônico 2x32W, 127-V/bivolt	600	R\$ 18,19	R\$ 10.914,00
2.2	Reator eletrônico 2x32W, 220V	1.000	R\$ 10,20	R\$ 10.200,00
2.3	Reator convencional 1x26W, 220V	100	R\$ 8,86	R\$ 886,00

VALIDADE: 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.os 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.os 40/04, 47/05 e 33/08, e, subsidiariamente, Leis Federais n.os 8.666/93 e 10.520/02, Provimento PGJ/RS n.º 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de agosto de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 31 de agosto de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição n° 762

**SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO N.º 2172-09.00/11-8
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 36/11**

No dia 18 de agosto de 2011, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa BEVARE SUL COMERCIAL LTDA., vencedora do item abaixo:

ITEM	DESIGNAÇÃO E MARCA	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
3.1	Cabo flexível PP 3x1,5mm	08	R\$ 93,00	R\$ 744,00
3.2	Fita isolante	200	R\$ 5,90	R\$ 1.180,00
3.3	Relé fotoelétrico	200	R\$ 12,00	R\$ 2.400,00
3.4	Adaptador 2P+T UNIV	800	R\$ 3,00	R\$ 2.400,00
3.5	Adaptador Reverso 2P+T NBR 14136	800	R\$ 3,00	R\$ 2.400,00

VALIDADE: 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.os 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.os 40/04, 47/06 e 33/08, e, subsidiariamente, Leis Federais n.os 8.666/93 e 10.520/02, Provimento PGJ/RS n.º 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de agosto de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
PROCESSO N.º 2666-09.00/11-8**

CONTRATADA: ANCHGAB – Associação Nacional de Chefes de Gabinete; **OBJETO:** inscrição das Exmas. Sras. Promotoras de Justiça, Dras. Isabel Guarise Barrios Bidigaray e Karin Sohne Genz no “8º CHEGAB – Congresso Nacional de Chefes de Gabinete”, a ser realizado no período de 28 a 30 de setembro de 2011, em Macapá/AP, no auditório do Centro Cultural Franco Amapaense; **VALOR TOTAL:** R\$ 1.000,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, caput, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 29/08/2011, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de agosto de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA
PROCESSO N.º 12055-09.00/08-0**

CONTRATADA: PROSERVI SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.; **OBJETO:** A) reequilíbrio do valor mensal do Montante ‘A’, retroagindo a 1º de abril de 2011 para as localidades de Cachoeira do Sul, Eldorado do Sul, Guaíba, Itaqui, Santa Rosa, Santo Ângelo, Viamão, Sapiranga, São Leopoldo e Sapucaia do Sul e a 1º de maio de 2011 para as localidades de Erechim, Lagoa Vermelha e São Marcos, passando a R\$ 99.691,92; B) estimativa do valor mensal do Montante ‘C’ em R\$ 6.000,00; C) acréscimo, ao objeto do ajuste, de 01 posto de vigilância 8h48min, diurno, dias úteis, a ser instalado no prédio sede da Promotoria de Justiça de Planalto, resultando no acréscimo, ao preço mensal do contrato, dos seguintes valores: Montante ‘A’: R\$ 1.907,62; Montante ‘B’: R\$ 276,41; Montante ‘C’: R\$ 257,18 (estimado); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.37, Rubrica 3702; **FUNDAMENTO LEGAL:** cláusula sétima, itens 7.1 e 7.3, do contrato celebrado e artigo 65, inciso I, alínea b, e § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de agosto de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

Aviso de abertura de licitação

Convite n.º 53/2011 (Processo n.º 002731-09.00/11-7) **Tipo** menor preço global. **Objeto:** contratação de prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, para a obra de manutenção e reforma do prédio sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Petrópolis, localizado na Rua Frederico Michaelsen, 528, Centro, conforme Convite e seus Anexos. **Data e horário de abertura:** 09/09/2011, às 14 horas.

Local: Rua General Andrade Neves, 106, 17.º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **Editais:** <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/convite>. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei n.º 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 30 de agosto de 2011.

LUIS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

**EDITAL N.º 240/2011
REMOÇÃO DE ACESSOR BACHAREL EM CIÊNCIAS
JURÍDICAS E SOCIAIS**

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcio-



nais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfr/remocoes>) a divulgação dos locais em que serão oferecidas vagas para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 31 de agosto de 2011.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 042/2011

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Peça de informação, nº 00763.00011/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cassiano Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça de Erechim, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades relacionadas à utilização de caminhões e máquinas do poder público para transportar e espalhar terra e entulho, em município.

2) Peça de informação, nº 00763.00013/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cassiano Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça de Erechim, com a finalidade de apurar eventual irregularidade relacionada à alienação, por empresa, que teria sido adquirido mediante subvenção municipal, para finalidade específica, sob pena de reversão ao patrimônio do ente público, em município.

3) Peça de informação, nº 00763.00019/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cassiano Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça de Erechim, com a finalidade de apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa em virtude da compra de cirurgia por Município.

4) Peça de informação, nº 00763.00021/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cassiano Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça de Erechim, com a finalidade de apurar possível ocorrência de irregularidades em Concursos Públicos, em município.

5) Peça de informação, nº 00763.00022/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cassiano Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça de Erechim, com a finalidade de apurar possível ocorrência de irregularidades relacionadas a contratações emergenciais de funcionários públicos para atender às necessidades das escolas.

6) Peça de informação, nº 00763.00023/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cassiano Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça de Erechim, com a finalidade de apurar possível ocorrência de irregularidades relacionadas à nomeação de funcionário público, em município.

7) Inquérito Civil, nº 00763.00015/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cassiano Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça de Erechim, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades relacionadas ao processo licitatório Pregão Presencial, instaurado pela Administração Pública para contratar empresa especializada, em município.

8) Inquérito Civil, nº 00763.00016/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cassiano Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça de Erechim, com a finalidade de apurar possível ocorrência de irregularidades nas permissões de serviço de transporte, em município.

9) Inquérito Civil, nº 00762.00050/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cassiano Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça de Erechim, com a finalidade de apurar eventuais ilícitos de improbidade administrativa e lesão ao erário em decorrência de possíveis irregularidades no pagamento de diárias em favor de membros e agentes do Poder Legislativo durante o exercício de 2010, em município.

10) Inquérito Civil, nº 00763.00020/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Cassiano Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça de Erechim, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades relacionadas à contratação, por municípios, de serviços de coleta e/ou recebimento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, em decorrência de possível direcionamento dos procedimentos licitatórios instaurados para tal fim, fatos ocorridos a partir do exercício de 2010.

11) Inquérito Civil, nº 00815.00028/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Juliana Maria Giongo, da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo, com a finalidade de apurar improbidade administrativa na compra de uma escavadeira.

12) Inquérito Civil, nº 01223.00027/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, com a finalidade de apurar improbidade administrativa no pagamento de serviços extraordinários a servidores de Poder Legislativo e pagamento de despesas de viagens à servidora, referente a cursos alheios às suas atribuições.

13) Inquérito Civil, nº 01223.00028/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, com a finalidade de apurar improbidade administrativa no pagamento excessivo de diárias à Prefeitura e agentes do Poder Executivo de município, nos anos de 2009 e 2010.

14) Inquérito Civil, nº 00754.00078/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, com a finalidade de apurar improbidade administrativa em razão de cumulação indevida na função pública com atos em iniciativa privada.

15) Inquérito Civil, nº 00754.00079/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, com a finalidade de



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 31 de agosto de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 762

apurar improbidade administrativa em razão de doação de terreno público à particular por parte de município.

16) Inquérito Civil, nº 00815.00029/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Juliana Maria Giongo, da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo, com a finalidade de apurar possível irregularidade na realização de despesa no serviço de publicidade sem dotação orçamentária por parte de município.

17) Inquérito Civil, nº 00815.00030/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Camila Lummertz, da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo, com a finalidade de apurar dispensa irregular de técnicos de enfermagem concursados, a fim de propiciar vagas para terceirizados, em município.

18) Peça de informação, nº 00727.00020/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Claudio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça de Cacequi, com a finalidade de apurar suposta fraude na licitação para monitoramento eletrônico na Administração Pública.

19) Inquérito Civil, nº 00723.00032/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves, com a finalidade de apurar irregularidades e/ou ato ímprobo, além inércia/omissão da atuação fiscalizatória, em face de produção de baterias e artefatos de chumbo, potencialmente poluidores, em propriedade particular, sem devido licenciamento ambiental.

20) Inquérito Civil, nº 00950.00023/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Lucio Flávio Pretto, da Promotoria de Justiça de Charqueadas, com a finalidade de investigar prática de ato de improbidade por parte de Poder Executivo entre os anos de 2001 a 2008, referente a ausência de repasse de valores descontados de servidores à programa de aposentadoria e pensão.

21) Inquérito Civil, nº 00950.00025/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Lucio Flávio Pretto, da Promotoria de Justiça de Charqueadas, com a finalidade de investigar ocorrência de dano ao patrimônio público praticado contra empresa, conforme auditoria realizada, em município

22) Inquérito Civil, nº 00828.00024/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiana Muller Chatkin, da Promotoria de Justiça de Piratini, com a finalidade de investigar compras de fornecedores, por parte de órgão da Administração Pública, nos anos 2009 e 2010

23) Inquérito Civil, nº 00917.00025/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Simão Baran Junior, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de investigar prática de ato de improbidade em face do recebimento de propina por parte de Prefeito de município.

24) Inquérito Civil, nº 01223.00029/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, com a finalidade de investigar prática de ato de improbidade consistente no recebimento por servidor de cargo comissionado de parte pagamento feito por município para empresa referente a prestação de serviços de transporte escolar, bem como o favorecimento da mesma empresa também patrocinado por este servidor que está lotado em Secretaria de Obras.

25) Inquérito Civil, nº 00936.00001/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Carmem Lucia Garcia, da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre, com a finalidade de investigar pagamento irregular de servidores públicos de município, mediante discriminação partidária e utilização de recursos para quitação de débitos pendentes.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de agosto de 2011.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.